

Há abrandamento (não declarado) da política recessionista

Con Brasil

Sérgio S. Silva (*)



No momento em que os brasileiros se manifestavam a favor da emenda que estabelecia eleições diretas, o governo anunciou o próximo fim da crise econômica, através de vasta campanha, incluindo artigos, entrevistas e anúncios, em jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão.

A identificação dos objetivos políticos desta campanha é muito importante para evitar que, mesmo sem querer, acabemos prestando o deserviço de contribuir para prolongar a vida de um regime aparentemente moribundo e certamente indesejável. Ao mesmo tempo, podemos analisar as informações sobre a economia brasileira que o governo apresenta para justificar o seu otimismo.

Para organizar as nossas idéias, centraremos uma primeira análise sobre essas informações em torno de um dos carros-chefe da campanha: a anunciada retomada do crescimento da produção industrial brasileira.

Preliminarmente, cumplembrar que o crescimento da produção industrial observado neste início de ano é ainda muito pequeno, sobretudo se comparado à forte queda ocorrida durante os três últimos anos de recessão. Considerados os dados oficiais, verificamos que a produção industrial estimada para o mês de janeiro deste ano é ainda cerca de 10% inferior à do mesmo período de 1981.

Como não é a primeira vez que o governo faz isso nem a primeira vez que anuncia o início da recuperação econômica, fica a impressão de que as autoridades brasileiras tiram conclusões bastante curiosas dos ensinamentos teóricos segundo os quais a evolução futura de uma economia depende das expectativas presentes. Decidem forjar essas expectativas de acordo com os seus desejos e conveniências políticas do momento.

As análises iniciais apontam dois fatores imediatamente responsáveis pelo crescimento observado no início do ano: a recomposição de estoques e o aumento significativo das exportações. Cabe, então, aprofundar minimamente o significado, as possibilidades e as limitações de um crescimento impulsionado por estes fatores.

Os estoques comerciais foram mantidos em níveis baixos em razão das difi-

culdades financeiras enfrentadas pela maioria (se não pela totalidade) das empresas. Sua recomposição, em geral realizada no final do trimestre, foi adiantada para o início do ano. Não devemos esperar muita coisa desse movimento. A recomposição de estoques esgota-se em curto espaço de tempo. E, por definição, pontual, incapaz, por si mesma, de sustentar uma reversão do nível de atividades da economia.

O aumento das exportações constitui matéria mais complexa. Se desejamos realmente saber qual será a sua contribuição para a superação da crise, devemos avaliar se o comportamento observado tende a manter-se de modo a garantir uma taxa de crescimento anual elevada. Isso não pode ser obtido por uma simples extração dos dados do início do ano.

No que diz respeito à recuperação do nível de ativi-

dades de economia, um segundo aspecto dessa questão é decisivo. O avanço das exportações determina efeitos positivos significativos sobre a produção interna unicamente na medida em que o crescimento da renda por ele provocado é capaz de multiplicar-se internamente. Em consequência, os efeitos do aumento das exportações dependem do funcionamento da própria economia.

Se a política governamental segue o receituário recessionista — compreção da liquidez, estímulo à manutenção de elevadas taxas de juros e arrocho salarial —, a renda adicional gerada pela expansão das exportações apresenta reduzidos efeitos sobre o conjunto da economia. No limite, tais efeitos são praticamente anulados pela política monetária e financeira, eliminados pelos instrumentos destinados a enxugar tudo o que é considerado como excesso de liquidez.

Entretanto, o que observamos nesse início de ano? Observamos justamente um abrandamento não declarado da política recessionista, com um pequeno mas visível desafogo que se manifestou no estancamento e, agora, até mesmo na diminuição das taxas reais de juros.

Tendo sempre em mente a pobreza das informações disponíveis, arriscamos apontar alguns dos prováveis fatores responsáveis pelo desafogo na liquidez: injeção de recursos via mercado aberto, redução de depósitos mantidos no Banco Central para cobertura cambial de empréstimos externos, aumento de gastos do governo e do setor público, efeitos secundários do término da centralização das operações cambiais e mudanças na estrutura dos ativos financeiros.

Por outro lado, os últimos acordos salariais firmados no País ultrapassa-

ram, pelo menos nas grandes empresas, de modo sistemático, os índices de reajuste fixados em lei. Muito sintomatico o fato de que tais procedimentos de desrespeito à política governamental foram adotados em importantes empresas do próprio setor público.

Em resumo: os resultados favoráveis estão ligados ao abrandamento da política recessionista (a própria recomposição de estoques pode também ter sido influenciada pelo desafogo na liquidez). E impossível garantir que esses resultados indiquem realmente o início de uma recuperação, mas desde já eles confirmam que essa recuperação depende, antes de mais nada, da mudança da política governamental.

(*) Professor do Departamento de Economia e diretor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Sem destacar este fato nem apresentar uma análise dos fatores que explicam os resultados favoráveis do início do ano, o governo tenta fazer passar de qualquer maneira a ideia de que o País já entrou numa fase de recuperação econômica. Independentemente de termos ou não realmente iniciado essa recuperação, isso configura uma simples manipulação de dados.